

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Curso de Pedagogia

RA: 001201702152

NOME: Millena Barbosa Bueno da Silva

**LÍNGUA INGLESA COMO PRINCIPAL LÍNGUA
ESTRANGEIRA ENSINADA NO BRASIL**

Bragança Paulista– SP

2020

MILLENA BARBOSA BUENO DA SILVA - 001201702152

**LÍNGUA INGLESA COMO PRINCIPAL LÍNGUA ESTRANGEIRA
ENSINADA NO BRASIL**

Monografia de Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentada à Banca Examinadora do curso de Pedagogia
da Universidade São Francisco, sob orientação do Profa.
Dra. Luzia Batista de Oliveira Silva.

BRAGANÇA PAULISTA

2020

Dedico esta monografia aos meus pais por todo apoio nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica. Eles são os pilares da minha formação como ser humano. Sem eles nada disso seria possível. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Durante minha trajetória acadêmica contei com o apoio de muitas pessoas, dentre as quais eu agradeço.

Primeiramente aos meus pais Simone Silva e Evaldo Bueno, por acreditarem firmemente nos meus sonhos, por me incentivarem desde o começo e por me darem forças para tornar tudo isso possível.

Agradeço minhas irmãs Bárbara Betina, Laura Valentina e o meu padrasto Elinaldo Soares, por também acompanharem todos os meus desafios e conquistas ao longo desses anos.

Ao meu noivo Carlos Adrielton que, acima de tudo, é meu melhor amigo. Agradeço todo empenho, todo esforço e principalmente por me apoiar nos estudos e decisões.

As minhas companheiras de classe Beatriz Amato e Rafaela Dematei por jamais desistirem desse nosso grande sonho de nos tornarmos excelentes Pedagogas e contribuirmos para a transformação da Educação.

Ao motorista José Márcio Barboza pois, sem toda dedicação, carinho e compreensão dele nós não teríamos condução para ir e frequentar a Universidade. Ele também tornou esse sonho possível!

Aos professores da Universidade São Francisco que, através dos seus ensinamentos, permitiram que eu pudesse estar concluindo este curso. Gratidão por cada momento.

Aos professores orientadores que durante esses últimos meses me acompanharam pontualmente, que respeitaram e acreditaram nas minhas ideias, dando total auxílio para a realização desta monografia.

Agradeço também meus professores de inglês que me ensinaram tudo que sei hoje, especialmente a Profa. Márcia Mendonça e o Prof. Fernando Cordeiro, que durante anos me encantaram com suas metodologias de ensino e que mais tarde me motivaram a seguir nessa profissão que tanto amo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço meus amigos Mariana Almeida e Christopher Pereira por entenderem as minhas ausências, por me apoiarem e por contribuírem direta ou indiretamente para este trabalho e para minha vida. Amigos que levarei sempre no coração.

“Uma nova e grandiosa filosofia de humanismo será o manancial de uma nova educação e cultura. Se educadores imbuídos de ardente devoção à educação humanística se empenharem assídua e incansavelmente em estudar e se autoaprimorar, fomentarão um impulso decisivo numa revolução educacional, que iluminará o futuro com grande luz de esperança. A educação humanística fundamentada na dignidade da vida se transformará na corrente principal da educação no mundo todo.”

*Daisaku Ikeda, **Educação Soka***

SILVA, Millena Barbosa Bueno da. **LÍNGUA INGLESA COMO PRINCIPAL LÍNGUA ESTRANGEIRA ENSINADA NO BRASIL**. 2020. 35p. Monografia (TCC) – Curso de Pedagogia, Bragança Paulista, 2020.

RESUMO

A monografia intitulada como “Língua Inglesa como principal Língua Estrangeira ensinada no Brasil”, tem como objeto a Língua Inglesa e como objetivo geral mostrar a história da Língua Inglesa no Brasil, desde a chegada de D. João VI no período colonial até os dias atuais, com objetivo específico de analisar as políticas públicas voltadas para o ensino de inglês nas escolas regulares, explorando os principais documentos educacionais como a Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular. No Brasil, a inclusão de uma língua estrangeira na educação deu início em 1809, mas mesmo com o passar dos anos, com as mudanças educacionais em nosso país e principalmente com a globalização, o inglês ainda não é devidamente valorizado. Desta forma, o leitor encontrará neste trabalho possíveis justificativas para as dificuldades enfrentadas por professores de idiomas nas escolas regulares, especialmente o inglês, tais como a falta de recursos, número de alunos por sala de aula, carga horária reduzida e até mesmo a qualificação desses profissionais. A pesquisa foi realizada de forma bibliográfica, analisando documentos e artigos para a composição do trabalho.

Palavras-chave: Língua Inglesa, história, currículo, educação.

SILVA, Millena Barbosa Bueno da. **THE ENGLISH LANGUAGE AS MAIN FOREIGN LANGUAGE TAUGHT IN BRAZIL**. 2020. 35p. Monografia (TCC) – Curso de Pedagogia, Bragança Paulista, 2020.

ABSTRACT

The monograph entitled “The English as main foreign language taught in Brazil”, has as its object the English language and as general objective to show the history of the English language in Brazil, since the arrival of D. João VI in the colonial period until the present day, with the specific objective of analyzing public policies aimed at teaching English in regular schools, exploring the main educational documents such as Lei de Diretrizes e Bases, Parâmetros Curriculares Nacionais and Base Nacional Comum Curricular. In Brazil, the inclusion of a foreign language in education began in 1809, but even with the passing years, with the educational changes in our country and especially with globalization, English is still not properly valued. In this way, the reader will find in this work possible justifications for the difficulties faced by foreign language teachers in regular schools, especially English, such as a lack of resources, number of students per classroom, reduced workload and even the qualification of these professionals themselves. The research has been done in a bibliographic form, analyzing documents and articles for the composition of the work

Keywords: English Language, history, curriculum, education.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Retrato de Dom João VI, príncipe regente de Portugal de 1792 a 1826	13
IMAGEM 2- Decreto de 30 de maio de 1809, sancionado pelo príncipe regente.	15
IMAGEM 3- Fotografia do Colégio D. Pedro II, 1861.	17

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. O ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL: HISTÓRIA	12
2. O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA EM TERMOS LEGAIS.....	21
3. O COTIDIANO DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA PÚBLICA.....	27
4. A FORMAÇÃO E O PREPARO DOS DOCENTES.....	30
5. CRONOGRAMA.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
7. REFERÊNCIAS.....	34
..	

INTRODUÇÃO

O inglês, hoje presente nos currículos da educação básica brasileira, começou a ser lecionado em nosso país de maneira muito diferente, fora das instituições de ensino. O anúncio abaixo foi publicado pelo jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1809, e destaca o oferecimento de aulas particulares de língua inglesa por diferentes professores que, provavelmente, dominavam esse idioma e estavam promovendo seus conhecimentos da gramática estrangeira ao público fluminense:

Quem quizer aprender a Lingua Ingleza grammaticalmente com perfeição em pouco tempo, ha de fallar com Francisco Ignacio da Silva na casa de Café na rua Direita, o qual há de entregar hum bilhete com o nome do Mestre, natural de Londres. João Lourenço Toole, professor de Língua Ingleza, estabelece Aula da dita Língua, a qual ensina grammaticalmente (...). Os senhores, que se quiserem utilizar, se dirigirão ao dito professor na Praça da Carioca, N. 18, primeiro andar (GAZETA DO RIO DE JANEIRO, 1809, s.p.).

Ao longo da nossa história, porém, com o desenvolvimento das políticas públicas educacionais, o uso de novas linguagens e outros idiomas vem ganhando destaque em nosso processo social, uma vez que há uma forte conexão entre conhecimento linguístico e mercado de trabalho.

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo específico tecer uma breve análise sobre as políticas públicas voltadas ao ensino de língua estrangeira no Brasil, com foco no inglês como língua internacional. Como objetivo geral, apresentaremos uma breve história do ensino de língua inglesa no Brasil, que se inicia no período colonial, desde o primeiro contato com o inglês até sua inclusão na grade curricular como disciplina obrigatória no ensino regular.

A proposta de pesquisa aqui delineada pode ser justificada pelos muitos percalços e dificuldades que os professores encontram na educação brasileira ao ensinar uma segunda língua, tais como: número de alunos por salas de aulas, tempo e quantidade de aulas por semana, escassez de materiais e recursos de apoio disponibilizados aos alunos, sobretudo quando se acredita que a finalidade do aprendizado de um idioma estrangeiro deva ser a comunicação efetiva com falantes nativos.

Para consecução dos objetivos acima, será empreendida uma pesquisa bibliográfica, cujo instrumento de coleta de dados será por meio de leituras de artigos, análises de documentos

históricos e estudos das políticas públicas em educação tendo como base a LDB, os PCNs e a BNCC. Será utilizada a abordagem qualitativa, em que, de acordo com Oliveira (2007, p. 117):

...busca-se descrever a complexidade de uma hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo permitindo, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comprometimentos ou atitudes dos indivíduos.

1. O ENSINO DE INGLÊS NO BRASIL: HISTÓRIA

A relação entre Inglaterra e Portugal já era de grande aproximação, antes mesmo de haver relações entre a Inglaterra e nosso país, a qual se estruturou formalmente em 1654. Segundo Freyre, “a presença da cultura britânica no desenvolvimento do Brasil, no espaço, na paisagem, no conjunto da civilização do Brasil, é das que não podem ser ignoradas pelo brasileiro interessado na compreensão e na interpretação do Brasil” (Freyre, 1922 *apud* Dias, 1999, p. 27).

Acredita-se que o primeiro contato com a língua inglesa que nosso país teve foi através de um inglês chamado Willian Howkins, que passou por terras brasileiras por volta de 1530, trabalhando em mercados negreiros, em busca das riquezas do Novo Mundo. Após mais três viagens, o aventureiro decidiu levar um dos líderes das tribos brasileiras para Londres, um Cacique. Mais tarde, quem deu continuidade aos laços entre Brasil e Inglaterra foi John Howkins (filho de Willian Howkins). A relação entre esses dois países foi consolidada quando um tratado foi proposto aos portugueses pelos britânicos em 1654. Este versava sobre a abertura do comércio da Inglaterra com outros países, o que acabou anulando o domínio colonial de Portugal sobre o Brasil (FARIA, 2013).

Dois séculos mais tarde, em 1808, D. João VI, que era natural de Lisboa, veio para o Brasil fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte que, na época, conseguiu invadir Portugal e dominar o lugar durante um ano, até a chegada dos ingleses, que ainda eram aliados dos portugueses. A missão da Inglaterra naquele momento era expulsar os franceses e assumir o governo de Portugal na ausência do rei.

Imagem 1- Retrato de Dom João VI, príncipe regente de Portugal de 1792 a 1826.



Fonte: Britannica Escola (2020)

Precedente a chegada do príncipe regente, a principal fonte econômica do país era o cultivo de açúcar, algodão, tabaco, dentre outros produtos agrícolas. Quando D. João VI chegou ao Brasil, porém, a corte portuguesa autorizou que os ingleses estabelecessem os mais variados comércios nas terras brasileiras, iniciando negociações com outros países e construindo novos portos. Isso resultou em um grande ganho econômico. O desenvolvimento da imprensa local, o trem de ferro e a iluminação a gás foram grandes influências dos ingleses para este país.

Na área dos negócios, de acordo com Dias, foram criados mais de 30 estabelecimentos comerciais no Brasil no início do século XIX (1999, p. 51). A partir desse domínio dos ingleses, companhias começaram a publicar ofertas de emprego, bastando apenas que o candidato tivesse conhecimento da língua inglesa, para que então pudesse receber treinamentos para o cargo ofertado.

Com o crescimento econômico, o ensino formal de língua inglesa deu início em 22 de junho de 1809, quando foi assinado um decreto pela Coroa, possibilitando o ensino de duas línguas modernas nas escolas brasileiras, o inglês e o francês:

E, sendo, outrossim, tão geral e notoriamente conhecida a necessidade de utilizar das línguas francesa e inglesa, como aquelas que entre as vivas têm mais distinto lugar, e é de muita utilidade ao estado, para aumento e prosperidade da instrução pública, que se crie na Corte[3] uma cadeira de língua francesa e outra de inglesa (OLIVEIRA, 1999 *apud* CHAVES, 2004, p. 5).

Com este decreto em vigor, Jean Joyce foi nomeado pela Coroa como primeiro professor de inglês, lecionando na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, D. João VI assinou uma carta, em que se lê: “... era necessário criar nesta capital uma cadeira de língua inglesa, porque, pela sua difusão e riqueza, e o número de assuntos escritos nesta língua, a mesma convinha ao incremento e a prosperidade da instrução pública” (ALMEIDA, 2000 *apud* CHAVES, 2004, p. 6).

Antecedendo o decreto, o ensino de inglês no Brasil já era explorado e comercializado, mas com a união comercial entre Brasil e Inglaterra começaram a aparecer mais professores ingleses e americanos que ofereciam, por meio de anúncios em jornais locais, aulas particulares para a população daquela época. A primeira divulgação oferecendo esse tipo de trabalho foi feita na Gazeta do Rio de Janeiro, em 8 de fevereiro de 1809: “Na Rua do Ourives #27 mora huma ingleza com casa de educação para meninas que queirão aprender a ler, escrever, contar, e falar Inglez e Portuguez, cozer e bordar, etc. (HELB 2020)

A Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho do Rio de Janeiro, que foi fundada em 17 de dezembro de 1792, como sendo uma instituição de ensino militar, recebeu o professor Eduardo Thomaz Cohill, nomeado pela própria corte, para ocupar e atuar na Cadeira de língua inglesa, como mostra o decreto abaixo de 30 de maio 1809 encontrado no site da Presidência da República.

Imagem 2- Decreto de 30 de maio de 1809, sancionado pelo príncipe regente.



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 30 DE MAIO DE 1809

Crêa a cadeira da lingua ingleza na Academia Militar desta Côte.

[Ver mais...](#)

Hei por bem nomear lente da Cadeira da lingua ingleza na Acaderria Militar desta Corte, a Eduardo Thomaz Cohill, com a graduação de 2º Tenente de Artilharia, e soldo de 12\$000 por mez, devendo, emquanto se não abrirem as aulas da mesma Academia, principiari as suas lições no local, que lhe fôr indicado pelo Tenente General de Artilharia Inspector Geral da mesma arma. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e lhe faça expedir os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Maio de 1809.

Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor.

Este texto não substitui o publicado na CLBR, de 1809

Fonte: Secretaria Geral da Presidência da República.

Naquele mesmo ano, houve maior procura para aulas de língua inglesa (LIMA, 2017) e a comercialização ganhava ainda mais espaço no país. Em 23 de agosto de 1809, o seguinte anúncio era publicado na Gazeta do Rio de Janeiro:

Quem quizer aprender a Lingua Ingleza grammaticalmente com perfeição em pouco tempo, ha de fallar com Francisco Ignacio da Silva na casa de Café na rua Direita, o qual há de entregar hum bilhete com o nome do Mestre, natural de Londres.

Mas somente em 1813 houve uma divulgação oficial da primeira escola de inglês no Brasil, que ainda era chamada “academia” e o ensino era somente para meninas, as quais a “Ex.ma Duqueza” ensinava a ler, escrever, costurar e bordar, além das aulas gramaticais de português e língua estrangeira (GAZETA, Rio de Janeiro, 1823, p. 1).

A metodologia utilizada por professores da época era a de Gramática-tradução, prática em que era comum o uso e tradução de textos como principal meio de aprendizagem da língua inglesa, focalizando nas regras gramaticais por meio dos textos. A palavra método deriva do grego “methodos”, e tem como significado “caminho que leva a um determinado destino”(UPHOFF, 2008, p. 1). Método nada mais é do que um conjunto de princípios e maneiras de como fazer algo. Nesse processo o professor busca vários meios de como e do que ensinar, e tudo é caminhando para um objetivo final: o entendimento do aluno sobre o conteúdo.

Na época, com a prática dessa metodologia, acreditava-se que só se tinha o domínio total de um novo idioma quem compreendia totalmente a gramática. Segundo UPHOFF (2008, p. 2): “Além disso, julgava-se que se um aluno era capaz de traduzir corretamente de uma língua para outra, mostrava com isso que realmente conhecia a língua. Por isso, as aulas consistiam principalmente em lições de gramática seguidas de exercícios de tradução. Daí o nome do método: método de gramática e tradução”.

Ao invés da oralidade pensando em comunicação no idioma estudado e na pronúncia, os professores usavam a língua materna para conduzir a aula e os alunos decoravam regras do idioma, tais como as da gramática e novas palavras para vocabulário. Esse tipo método teve origem na Alemanha e, mais tarde, nos Estados Unidos, foi chamado de Método Prussiano. Era um padrão educacional militar, na qual esse modelo tinha como objetivo transformar os alunos em pessoas competitivas e obedientes, e a estrutura de escolas que utilizavam esse método era muito parecido com a de presídios e fábricas, com horário de entrada e saída, com uniformes obrigatórios e portões, muros e grades por volta de toda escola.

A prática oral da língua estrangeira naquela época era apenas para profissionais do mercado de trabalho visando a parceria comercial com outros países, principalmente com a Inglaterra, já que naquele período os ingleses eram aliados dos portugueses. Com isso, durante as aulas, funcionários dessas empresas recebiam instruções para o trabalho inteiramente na língua estrangeira (VALDOMIRO, 2014, p. 342).

No início do século XX, a educação não era para todos, era destinado apenas para quem era da elite e essas pessoas tinham acesso a educação básica com o foco na formação intelectual. Portanto, pensando no método apresentado para a época, a intenção nem era que o aluno saísse fluente das aulas de uma língua moderna, era necessário que ele apenas entendesse a escrita. Mas esse pensamento começou a ser criticado ainda naquela época, diziam que era preciso reformular essa metodologia, ao invés de usar a língua materna, a aula precisava ser no idioma a ser ensinado, pois usar a língua materna estaria atrapalhando o ensino de um novo idioma (UPHOFF, 2008, p. 2).

Com o passar dos anos, mais precisamente em 1837, foi fundado o colégio D. Pedro II, desenvolvendo ainda mais o uso das línguas modernas. A grade curricular da escola oferecia língua inglesa e língua francesa (que na época era considerada a “língua universal”). Mas não havia uma metodologia específica para o ensino desses idiomas e esse era o maior problema enfrentado a partir daquele ano. De acordo com Leffa (1999, p. ?), “a metodologia para o ensino das chamadas línguas vivas era a mesma das línguas mortas: tradução e análise gramatical”.

Imagem 3- Fotografia do Colégio D. Pedro II, 1861.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro.

A necessidade de um novo jeito de ensinar crescia e cada vez mais era preciso que os alunos estivessem em contato com o idioma dentro da sala de aula. Então foi adotado o método direto, no qual a aula era inteiramente na língua moderna e o aluno não aprendia somente traduções e regras gramaticais, mas também falar, pensar e se expressar sem depender da língua materna (UPHOFF, 2008, p. 2).

Com a Proclamação da República, em 1889, muitas mudanças educacionais inspiradas no positivismo começaram a acontecer, todas sendo sugeridas pelo ministro Benjamin Constant. O motivo de o ministro fazer tais propostas foi justamente promover o ensino superior e preparar os alunos para este grande ideal. Mas, com todas essas transformações no sistema educacional do país, o ensino de línguas estrangeiras também sofreria modificações, sendo retirado completamente do currículo educacional (FARIA, 2013, p. 15), já que o grande foco era a abordagem literária científica.

O princípio positivista nada mais é do que uma corrente filosófica, que defende inteiramente o método científico como base para comprovação de teorias, sem ligações com crenças ou superstições. Mas, após o afastamento de Benjamin Constant, quando Amaro Cavalcanti assumiu o cargo de ministro, as línguas estrangeiras, que já eram propostas educacionais anteriores, voltaram a fazer parte do currículo. Em 1898, Cavalcanti ainda

reconheceu a importância de mais alguns componentes curriculares humanísticos, como a Filosofia.

O inglês começou a ganhar destaque a partir do século XX, próximo à Segunda Guerra Mundial (que iniciou em 1939). Na época, o latim ainda era uma das principais línguas ensinadas por professores nas escolas públicas, mas o inglês passou a ter grande importância após outra reforma no currículo, por volta de 1931, devido a questões comerciais e políticas. Por este motivo, diminuiu-se a carga horária do latim, que hoje é considerado uma língua morta, e foi aumentado o número de aulas de línguas modernas, como o inglês e o francês. Nesse período, foi introduzido o Método Direto, em que o professor usa unicamente a língua estrangeira nas aulas, trabalhando mais de forma lúdica e dinâmica e de forma mais comunicativa. Nessa metodologia tem-se a oralidade como principal objetivo das aulas, dando foco ao desenvolvimento da pronúncia através da conversação (RICHARD e RODGERS, 1986).

A primeira instituição a ter parceria com o Consulado Britânico foi a Escola Paulista de Letras Inglesas, em 1935, que logo passou por mudanças e alterou o nome para Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa. Mais tarde, em 1938, um médico chamado Domingos de Machado fundou o Instituto Universitário Brasil-Estados Unidos no Rio Grande do Sul, cujo o objetivo era promover a cultura americana em parceria com o Consulado Americano. Essa instituição também passou por uma reforma e mudou o nome para União Cultural Brasileiro Norte-Americano.

Com o passar dos anos, foi-se abrindo espaço para outras escolas no Brasil, a maioria de iniciativa privada, com foco inteiramente no ensino específico de línguas. A escola Wizard de idiomas, por exemplo, é uma das mais famosas no Brasil e tem uma metodologia cuja repetição, memorização e imitação são base para um aprendizado mais preciso. Este método nasceu na igreja Mormom há 70 anos, e a partir deste surgiu a metodologia audiolinguístico, que hoje é conhecida, de forma pejorativa, como “parroting”, o “repeat after me” (PAULO, 2005. p 1)

Surgiu em 1973 a escola de idiomas CNA (Cultural Norte-Americano), apresentando um diferencial em relação às outras escolas, aplicando exatamente o que os críticos, do início do século XX, objetivavam. A proposta educacional dessa escola desde sempre foi a comunicação, ou seja, desde o primeiro contato o aluno usa de fato o idioma que está aprendendo. Durante as aulas, as atividades são feitas pensando no cotidiano do aluno, simulando exatamente a forma como ele pode se expressar diante de uma situação em que seja

preciso o uso da língua moderna. A instituição realiza constantes capacitações de professores para que dessa forma o curso continue sempre da forma mais dinâmica possível.

Não muito distante da proposta das escolas CNA, a franquia Fisk apresenta também uma metodologia estrutural voltada para comunicação, como afirma o Diretor da própria instituição, Elvio Peralta: “Este método permite que o aluno compreenda e elabore seu próprio diálogo e não apenas decore frases prontas. Os estudantes aprendem a organizar sentenças de forma correta, ao invés de apenas trocar as palavras do português para o inglês”.

Segundo dados do Conselho Britânico, apenas 5% da população brasileira entende e consegue se comunicar em inglês, mas apenas 1% apresenta total fluência da língua. Essa deficiência de um segundo idioma deixa o Brasil em 41º em um ranking de 70 países, ficando abaixo de países como Chile e Peru. Diante desse cenário, alguns problemas como a busca por uma boa colocação dentro de uma empresa vão surgindo constantemente.

Atualmente, a língua inglesa não é considerada uma segunda língua oficial no Brasil, assim como em outros países desenvolvidos e em desenvolvimento, mas os principais documentos nacionais norteadores das práticas educativas como BNCC, PCN e LDB, trazem a importância de implementar o ensino de uma língua estrangeira moderna a partir do sexto ano do Ensino Fundamental dos Anos Finais. Entretanto, muitas escolas brasileiras acabaram inserindo a língua inglesa a partir do Ensino Infantil, oferecendo aulas desde o maternal e dando continuidade nos anos seguintes, até o Ensino Médio. Há também muitas escolas que seguem o sistema de ensino bilíngue, no qual as disciplinas da educação básica estão ligadas ao ensino de inglês, como as redes Colégio Objetivo e Sistema Anglo de Ensino.

A proposta das escolas bilíngues é que todas as disciplinas como matemática, história, geografia e ciências sejam ensinadas em um outro idioma, sendo o caso mais comum, inglês. É um novo idioma sendo integrado em todas as outras disciplinas, tirando o foco da gramática e colocando a nova língua em tempo integral. Diferente das escolas de idiomas, essas que dão ênfase na estrutura gramatical da língua, voltada para o aprendizado de vocabulário explorando o inglês em si.

Existem também as escolas Internacionais que usam o currículo do país de origem, ou seja, não é usado o currículo brasileiro, como nas escolas britânicas, por exemplo, as aulas dão início em setembro assim como é proposta na Europa. Alguns exemplos de escolas internacionais no Brasil são a Amazon Valley Academy, situada em Belém, e a American School of Campinas, situada na cidade de Campinas.

Tendo em vista que o ensino de língua inglesa ainda passa por grandes desafios, faz-se necessário pensar em possíveis propostas de melhoria do ensino desse idioma, questionando as principais dificuldades do ensino da língua estrangeira. É importante também pensar em propostas para que o ensino dessa língua deixe de parecer ser algo desnecessário para a comunidade escolar, passando a ser indispensável para a educação brasileira como um todo, afinal, há muitos estrangeiros em nosso mercado de trabalho e também existe a possibilidade de os brasileiros trabalharem no exterior.

Pensar em melhorias partindo não somente de escolas de iniciativa privada, mas principalmente em escolas de ensino público, onde há grandes problemas de políticas públicas voltados para toda educação em si. Nem sempre há um professor de inglês preparado e capacitado para lecionar, muitos ainda não fluentes e outros que desistiram de estudar o idioma, mas que assumem a sala de aula por ser habilitado. Estes são alguns dos assuntos que trataremos nos capítulos a seguir.

2. O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA EM TERMOS LEGAIS

A língua inglesa hoje é vista como uma língua franca, ou seja, é considerada um idioma universal. Assim, seu ensino proporciona uma visão ampla de mundo e cabe ao mediador, ou seja, o professor, mostrar a importância dessa língua ao aluno, deixando clara a participação do inglês nas várias áreas de atuação, como o turismo e comércio. Então, é inevitável que, com a globalização, o domínio de uma segunda língua seja importante e necessária, mesmo o Brasil não fazendo fronteira com países na qual a língua oficial seja o inglês.

Deste modo, sabendo do constante crescimento de nosso país e todas as oportunidades que aparecem decorrente a todo esse desenvolvimento, fez-se necessário as mudanças nos principais currículos educacionais de nosso país, dessa vez, acrescentando também o ensino obrigatório de uma segunda língua, como mencionado, o inglês. Os principais documentos que serão tratados neste capítulo são: Lei de Diretrizes e Bases, Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é considerada a mais importante lei que se refere a educação brasileira. Segundo o autor Dr. Benigno Núñez Novo (2019):

estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências, foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso a educação gratuita e de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública. (NOVO,2019, p.1)

Mas a importância e a necessidade de considerar o ensino de línguas estrangeiras foi completamente ignorada na LDB de 1961 e a de 1971, dando atenção apenas para as disciplinas obrigatórias como português, matemática, geografia, ciências e história.

Conforme consta na Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, houve um único núcleo nos currículos para o 1º e 2º graus, na qual dizia que a atenção seria voltada para as disciplinas de comunicação e expressão que, no caso, a única matéria obrigatória seria a Língua Portuguesa, além de estudos sociais e ciências. Há um direcionamento no artigo 7º sobre o conteúdo de línguas onde diz: “Recomenda-se que em Comunicação e Expressão, a título de acréscimo, se inclua uma Língua Estrangeira Moderna, quando tenha o estabelecimento condições para ministrá-la com eficiência.” (BRASIL, 1971, p. 4).

Um dos principais questionamentos da época foi por qual o motivo a LDB traria uma proposta como essa, colocando o ensino de LE na posição de “disciplina não obrigatória” e somente com a única justificativa de precisar haver uma eficiência ao ministrar aulas como

essas. Mas então o que estava em falta? A experiência e fluência de professores? Bons equipamentos e materiais? Capacitação desses profissionais?

Como mais uma justificativa na intenção de acabar com algumas dúvidas, o parecer 853/71 de 12/11/1971 aponta o ensino de LE como uma sugestão, destacando:

Não subestimamos a importância crescente que assumem os idiomas no mundo de hoje, que se apequena, mas também não ignoramos a circunstância de que, na maioria de nossas escolas, o seu ensino é feito sem um mínimo de eficácia. Para sublinhar aquela importância, indicamos expressamente a "língua estrangeira moderna" e, para levar em conta esta realidade, fizêmo-la (sic) a título de recomendação, não de obrigatoriedade, e sob as condições de autenticidade que se impõem. (LDB, 1971).

Com a ausência da língua inglesa no currículo educacional, o currículo brasileiro enfrentou muitos desafios, não somente pela falta de uma língua estrangeira no país pensando no crescimento econômico, mas também na diminuição da carga horária escolar. Por esses motivos, houve uma retratação, trazendo o ensino de língua moderna de volta para o currículo apenas para o 2º grau conforme a resolução nº 58 de 1º de dezembro de 1976.

De acordo com PAIVA (2003), houve um evento promovido pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB) em novembro de 1996 chamado Encontro Nacional de Política de Ensino de Línguas. Próximo do final deste evento, foi divulgada uma carta propondo um plano para o ensino de línguas no Brasil, destacando o direito a plena cidadania, o que inclui o ensino de línguas estrangeiras, tendo conhecimento da globalização.

Mais tarde, a LDB de dezembro de 1996 divulgou um documento alegando que o ensino de língua inglesa passaria a ser obrigatório no 1.º e 2.º graus, cuja nomenclatura passou a ser, mais tarde, Ensino Fundamental e Ensino Médio (ROSSATO, 2012, p. 590).

Na LDB consta:

Art. 26 - 5.º No currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa.” (BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n.º 9394/96 – 2. ed. Brasília, Senado Federal, 2018, p. 22.)

Art. 35-A - 4.º Os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.” (BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n.º 9394/96 – 2. ed. Brasília, Senado Federal, 2018, p. 22.)

Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que na verdade funcionam como sugestões para melhorias do ensino, sendo um documento utilizado como ponto de partida e um grande norteador para o trabalho feito em sala de aula, ainda 1998 havia um grande preconceito com o ensino de inglês no Brasil e a intenção de focar apenas na leitura de uma LE e não nas habilidades comunicativas. Em um texto publicado pelo próprio MEC, ainda naquele ano, afirma que "somente uma pequena parcela da população tem a oportunidade de usar línguas estrangeiras como instrumento de comunicação oral", claramente afirmando as péssimas condições de umas algumas classes e, principalmente, as condições de ensino nem nosso próprio país (PAIVA (2003, p.4).

Há uma justificativa escrita no próprio documento, na página 20, destacando:

Portanto, a leitura atende, por um lado, às necessidades da educação formal, e, por outro, é a habilidade que o aluno pode usar em seu próprio contexto social imediato. (...)

Deve-se considerar também o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material didático reduzido ao giz e livro didático etc.) podem inviabilizar o ensino das quatro habilidades comunicativas. Assim, o foco na leitura pode ser justificado em termos da função social das LEs no país e também em termos dos objetivos realizáveis tendo em vista condições existentes.

Mas, com o pensamento voltado para a “não necessidade de ensino de línguas estrangeiras”, a exigência no mercado de trabalho ficou ainda mais rigorosa, podendo ser notada a partir do próprio processo seletivo de uma empresa, dando oportunidades para falantes de um outro idioma. Houve então algumas mudanças nos PNCs, alegando a importância do ensino oral e escrito, colocando o ensino de LE como ferramenta indispensável como preparação para o mundo (PAIVA, 2003, p.4).

Então, a língua estrangeira passou a ser vista como uma oportunidade de crescimento social do aluno, possibilitando um desenvolvimento discursivo. As questões teóricas englobam uma visão sociointeracionista da linguagem e da aprendizagem, como uma forma de estar presente no mundo com alguém, ou seja, um processo para o desenvolvimento cognitivo do aluno por meio da interação.

De acordo com o célebre pesquisador Vygotsky, a aprendizagem faz parte da experiência social, que consiste na comunicação, numa visão sociointeracionista, e na ação, desenvolvendo o intelectual do sujeito por instrumentos e signos. Um exemplo da teoria sociointeracionista que podemos trazer para as aulas de inglês, de acordo com o que é proposto pelos PCNs, é justamente a apresentação de uma metodologia que se pauta no lúdico, ou seja,

quando o professor como mediador estimula os alunos a trabalharem em duplas ou grupos, conforme um modelo de conversação, e essa troca de experiências entre os alunos acabam ajudando no desenvolvimento cognitivo de cada indivíduo.

Em uma de suas obras, Vygotsky transmite a ideia de que os trabalhos que são realizados nesse modelo aumentam a motivação dos alunos também pelo motivo de nunca estarem sozinhos, facilitando a aprendizagem. Destaca-se: “O ser humano só adquire cultura, linguagem, desenvolve o raciocínio se estiver inserido no meio com os outros. A criança só vai se desenvolver historicamente se for inserida no meio social. (VYGOTSKY, L. S. 2010, p.?).

Desta forma, o inglês começou a ter mais valorização, partindo do princípio que a comunicação é necessária para um melhor entendimento de mundo, podendo abrir um leque de oportunidades para o estudante brasileiro assim que ele se forma no Ensino Médio.

Com os PCNs em vigor, deram início aos estudos para a instauração de um novo documento que abrangesse todo território brasileiro. Este documento já estava previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), para ser um norteador dos currículos de sistemas educacionais em todos os anos do ensino básico: a BNCC.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que todas as escolas seguem, servindo como um referencial para a elaboração de seu currículo. Ela também tem como objetivo regulamentar as aprendizagens essenciais, garantindo o desenvolvimento pleno para todos os estudantes, tanto de escolas públicas quanto particulares, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Este documento começou a ser trabalhado em 2015, por 116 especialistas da área educacional. Durante um ano foram realizadas várias pesquisas, análises de documentos e consultas públicas que foram enviadas ao MEC (Ministério da Educação). Ou seja, a própria população colaborou para a construção desse documento que hoje é essencial em todas as escolas do Brasil. A BNCC coloca em prática o que foi sancionado na LDB em 1996. No artigo nono da LDB é estabelecido que:

Art. 9º - A União incumbir-se-á de:

- I – elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- II – organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;
- III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;
- IV – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A – estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

V – coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

Neste ponto, a LDB afirma uma necessidade de haver um documento que transformasse o ensino brasileiro, tornando a educação e o ensino algo único e todos os Estados caminhando juntos, ou seja, o que um aluno de Minas Gerais aprende, um outro de São Paulo estará vendo as mesmas coisas, respeitando as competências e habilidades. Sendo assim, quando um aluno precisar mudar para um outro Estado, não haverá perdas de conhecimento nem mesmo estará atrasado ou adiantado em relação aos outros. Ainda continuando o artigo nono da LDB:

VII – baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII – assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX – autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1.º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2.º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais. Lei n.º 13 9.394/1996

§ 3.º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.” (BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei n.º 9394/96 – 2. ed. Brasília, Senado Federal, 2018 p. 11-13).

A BNCC defende o inglês como língua franca. De acordo com Moitta Lopes (2005, p. ?), “ao aprender inglês, o brasileiro terá acesso à mobilidade social, esta que parte do local para o global, possibilitando uma interação com o mundo, por meio da aprendizagem de uma nova língua.” A maneira como a BNCC aborda o ensino é voltada ao combate a preconceitos linguísticos, não dando prioridade apenas ao inglês britânico ou ao americano. Com esse intuito, o documento propõe trabalhar a interculturalidade na língua estrangeira, objetivando conhecer e entender a cultura de outros povos, além dos países cuja língua oficial é o inglês. Mas é possível encontrar também algumas outras implicações ao ofertar essa disciplina nas escolas, como:

- **O multiletramento:** nesse caso, é necessário que o professor entenda a realidade em que o aluno está inserido. Tendo em vista que o inglês ensinado é para a comunicação, faz-se necessário entender que existem outras ferramentas além dos livros didáticos, sendo assim, a tecnologia hoje é um grande auxiliar na sala de aula, e essa é uma das formas que ajudaria a ampliar o letramento, mas ela é acessível para uma pequena parcela da população brasileira, apenas.
- **A utopia do inglês perfeito:** para a BNCC, alcançar o inglês perfeito, isto é, a pronúncia equivalente de um falante nativo através de repetições não seria o foco. O objetivo, na verdade, é facilitar a comunicação entre os povos do mundo, dando importância à mensagem a ser transmitida

Com isso, para que a configuração desse ensino esteja claramente estabelecida, a Base Nacional Comum Curricular traz cinco eixos importantes para a língua inglesa. São elas:

1. **Oralidade:** colocar em prática tudo que é compreendido na língua inglesa, tais como expressões, vocabulário, discursos dependendo do contexto e conversas completas.
2. **Leitura:** compreender os diversos tipos de leitura, sendo verbais ou não verbais, que fazem parte de diversos caminhos de comunicação.
3. **Escrita:** esta também faz parte do cotidiano do aluno, e assim como na leitura, é necessário usar os conhecimentos prévios da língua materna e também com a mediação do professor.
4. **Conhecimentos linguísticos:** este eixo envolve o conhecimento profundo da língua inglesa, entendendo seu funcionamento. Neste tópico é necessário o acompanhamento dos eixos anteriores, trabalhando a língua mais a fundo.
5. **Dimensão cultural:** trabalha o conhecimento cultural, com o objetivo de enriquecer o respeito, o convívio e a valorizar as diversidades dos povos.

Para colocar em prática esses cinco eixos, não somente o professor mas todo o Sistema Educacional precisará encarar alguns dos preconceitos e principais problemas que são enfrentados na sala de aula da escola pública principalmente, tais como salas de aula numerosas, escolha e preferência de bons livros didáticos, cursos tecnológicos, a preparação dos docentes e a sobrecarga, sabendo que muitos professores de inglês acabam assumindo, por exemplo, cinco turmas ao mesmo tempo.

3. O COTIDIANO DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NA ESCOLA PÚBLICA

Como apresentado anteriormente, o uso de uma língua estrangeira amplia o conhecimento de mundo e desenvolve a comunicação entre as pessoas. O inglês, sendo uma língua universal, carrega grande valor no currículo escolar, visto que está presente não somente no turismo, como também no comércio e na área educacional, para pesquisas científicas, oferecendo grandes oportunidades de emprego dentro e fora do Brasil. Mas hoje em dia, mesmo sendo reconhecida a importância de dominar uma segunda língua, percebe-se que há dificuldade no ensino e aprendizagem do inglês nas escolas brasileiras.

No ensino público ainda encontramos uma grande desvalorização do ensino de LI, mesmo com todo o histórico de mudanças por parte das políticas públicas com a intenção de caminhar para a valorização de uma LE. Ao entrarmos em uma escola de ensino público, por exemplo, todos nós temos o direito de estar em contato com uma língua estrangeira, assim como consta nas leis educacionais como analisamos no capítulo anterior. Porém, os problemas enfrentados diariamente fazem com que nós não tenhamos nenhum ganho com o idioma apresentado, pois há uma limitação no próprio ensino em si, tais como regras gramaticais e vocabulário, carregando até mesmo o preconceito por parte dos alunos de aprender apenas o Verb To Be durante toda a trajetória escolar.

Salas numerosas, carga horária reduzida, falta de material didático que muitas vezes não são direcionados adequadamente à realidade de cada aluno (e muitas escolas nem mesmo são contempladas com livros e/ou apostilas), além da falta de recursos tecnológicos e até mesmo a falta de preparação do próprio docente que ocorre com frequência. Esses detalhes estimulam para que o aluno esteja empenhado para apenas o ganho de nota e não o entendimento do idioma.

De acordo com Perin (2005, p. 150):

Apesar de reconhecerem a importância de se saber Inglês, os alunos tratam o ensino de Língua Inglesa na escola pública ora com desprezo, ora com indiferença, o que causa na maioria das vezes a indisciplina nas salas de aula [...]. [...] o professor trabalha com a sensação de que o aluno não crê no que aprende, demonstrando indisciplina e menosprezo pelo o que o professor se propõe a fazer durante a aula. Por outro lado, os alunos mostram-se cientes de que o professor, por não desenvolver um programa global, contínuo e progressivo [...], não se sente à vontade para ‘cobrar’ dos alunos os conteúdos de forma mais efetiva, por estar consciente do provável fracasso dos mesmos.

Deste modo, com essas vivências desgostosas dentro da sala de aula, o próprio professor de LI não se vê inteiramente motivado, pois há grande frustração sobre a desvalorização e indiferença de seu trabalho, causando-lhe grande estresse.

Segundo uma entrevista realizada pelo pesquisador Damião Nunes da Cruzem (2015) para sua monografia “Perspectivas de uma professora de inglês acerca do ensino-aprendizagem em escola pública municipal”, ao qual foi feita uma pesquisa de campo direcionada a docentes de LI, uma professora da escola pública de Guamaré - RN relatou na entrevista as seguintes considerações sobre o ensino de língua inglesa:

Eu me sinto fazendo o máximo de esforço que eu posso, sabendo que para que os alunos estejam tão desmotivados em relação a aprendizagem do idioma, existem inúmeros motivos que concorrem para tal. As classes superlotadas, a carência de material específico, e especialmente, a indisciplina de alguns alunos que acaba afetando a turma toda. Em virtude disso tudo. O professor sente-se desmotivado e até angustiado, porque não consegue pôr em prática todos os conhecimentos adquiridos. A desmotivação do aluno acaba desmotivando também o professor. (CRUZEM, 2015, p. ?).

Vale realçar que o professor tem total autonomia para realizar negociações com os alunos, procurando manter a parceria e o respeito. Com isso, o professor realizando uma ação com os alunos no intuito de melhorar esse ensino-aprendizagem pode trazer grande eficácia com suas propostas de trabalho, e assim desenvolver uma competência comunicativa que irá contribuir para o crescimento cultural, social e laboral do aluno. O objetivo do professor é dar significado aos conteúdos e desafiar os conceitos que já foram ensinados aos alunos.

Outro problema enfrentado pelo sistema de ensino atualmente é a quantidade de alunos por sala de aula na escola pública. Sabendo que o foco do ensino de LI é a comunicação, qual metodologia usar em uma sala de aula que contém aproximadamente 30 alunos? A carga horária oferecida atualmente nas aulas de LE é baixa para o grande objetivo que os principais currículos educacionais do Brasil trazem. Sendo assim, há um trabalho muito difícil para os professores nas escolas públicas, tanto pela estrutura escolar quanto pelo próprio currículo. Os Parâmetros Curriculares Nacionais deixam claro esses problemas enfrentados nas escolas, onde se lê:

Deve-se considerar o fato de que as condições na sala de aula da maioria das escolas brasileiras (carga horária reduzida, classes superlotadas, pouco domínio das habilidades orais por parte da maioria dos professores, material reduzido a giz e livro didático, etc...) podem viabilizar o ensino de quatro habilidades comunicativas. Assim o foco na leitura pode ser justificado pela função social das línguas estrangeiras no país e também pelos objetivos realizáveis tendo em vista as condições existentes (Brasil, 1998, p. 21).

A carga horária oferecida para o ensino de LI também é muito baixa comparada ao da língua materna. O que leva muitos profissionais da área a pensar que se houvessem mais aulas destinadas a língua estrangeira, talvez haveria um melhor aproveitamento da mesma, caminhando para uma melhor compreensão das regras e da comunicação (CRUZEM, 2015, p. 16).

4. A FORMAÇÃO E O PREPARO DOS DOCENTES

Hoje há muitas universidades que oferecem, por exemplo, o curso de licenciatura com dupla habilitação: Letras e Inglês ou Letras e Espanhol. Graduações como essas permitem que o professor assuma uma sala de aula atuando para a língua materna (língua portuguesa) e para uma língua estrangeira. Mas algo importante que deve-se considerar é a formação continuada de professores, principalmente quando se trata de um novo idioma. Os componentes curriculares dessas universidades podem não suprir a necessidade e nem ser o suficiente para conseguir falar uma nova língua com fluência, para isso é preciso que o professor busque por cursos específicos dessa área, fazendo com que ele compreenda regras gramaticais que são trabalhadas na graduação e então alcance o domínio da língua. A partir disso, o professor terá um leque de oportunidades dentro de uma sala de aula, colocando em prática toda teoria pedagógica juntamente com a língua a ser lecionada.

Porém, muitos docentes não buscam por cursos após e nem durante a graduação, o que acaba gerando uma certa deficiência e um despreparo. De acordo com Leffa (2001 p.8):

Achar que um profissional de letras possa ser formado nos bancos da universidade é uma ilusão, necessária ou não (Será necessária na medida em que o professor formador vai precisar dessa ilusão para dar continuidade ao seu trabalho). Possivelmente não há tempo e nem condições para isso na universidade. A formação de um verdadeiro profissional – reflexivo, crítico, confiável e capaz de demonstrar competência e segurança no que faz – é um trabalho de muitos anos, que apenas inicia quando o aluno sai da universidade. A verdadeira formação, que incorpora não apenas aquilo que já sabemos, mas que abre espaço para abrigar também aquilo que ainda não sabemos

Isso também soma à preparação didática do docente, levando-o a realizar pesquisas aprofundadas sobre metodologias e práticas de ensino mesmo depois de ter finalizado a graduação. Uma boa didática leva o aluno a se interessar pelo que lhe é proposto naquele momento e, na aprendizagem de LI, é preciso que haja curiosidade e interesse por parte do aluno.

Diante disso, fica claro que os profissionais de língua estrangeira precisam dominar o idioma que é ensinado, pois além de passar segurança para quem ensina, vai também colaborar com um conhecimento de mundo do próprio aluno, e assim colocando em prática o que pedem os currículos educacionais.

5. CRONOGRAMA

Etapas	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
Revisão do Projeto de TCC	X			
Preenchimento e Coleta dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido*	X			
Submissão do Projeto Revisado ao Comitê de Ética*	X			
Revisão Bibliográfica para redação da Fundamentação Teórica		X		
Coleta de Dados**		X		
Análise de Dados		X	X	
Elaboração das Considerações Finais			X	X

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia propôs, como objetivo geral, uma linha do tempo sobre a história da língua estrangeira no Brasil, dando início na época colonial. Com o andamento das explicações históricas partindo de uma pesquisa bibliográfica, foi compreendido como e quando a língua inglesa passou a fazer parte do currículo educacional, levando para a análise das políticas públicas voltadas para o ensino de LI.

Nesse sentido, foi possível averiguar as possíveis causas dos grandes obstáculos enfrentados pelos professores de língua estrangeira, um problema que pode ter começado ainda na época de D. João VI e que, mesmo com o passar dos anos e com as estruturações das políticas públicas, a desvalorização da língua inglesa ainda continua. É plausível pensar que a própria cultura brasileira desconsidera a necessidade de um segundo idioma, pois tudo parte dos currículos educacionais, as quais consideram também outras disciplinas como português e matemática como única prioridade.

Com o andamento da pesquisa, foi necessário também pensar na preparação e na formação continuada dos docentes, dado que há uma falta de profissionais capacitados para o ensino de LI em escolas de ensino regular, não pensando somente na fluência desses professores, mas também na metodologia das aulas, já que são aulas voltadas para um outro idioma.

Desta maneira, é importante analisarmos todo o histórico do inglês no Brasil, desde sua chegada. No início, em 1809, uma segunda língua era pensada para o mercado de trabalho, sabendo do crescimento econômico que haveria dali para frente e todas as possibilidades e oportunidades que viriam junto. Mas se formos pensar mais a fundo, partindo do ensino-aprendizagem, da metodologia, da valorização e também da globalização, em 2020 o ensino ainda continua de forma “engessada”, trabalhando um segundo idioma pensando na gramática-tradução, mesmo a BNCC trazendo uma proposta diferente para o ensino de LI, que é a comunicação.

Para finalizar, vale refletir sobre esses percalços de forma aprofundada, deixando o seguinte questionamento: mesmo depois de tantos anos, tantas reformas na educação brasileira, tantos sinais que deixam o inglês como idioma necessário para a comunicação e principalmente para o mercado de trabalho, por que ainda não há a valorização de um segundo idioma dentro das próprias escolas? E como não há tal visibilidade por parte da comunidade escolar e até mesmo dos currículos educacionais, ainda tem necessidade de continuar com o ensino de LI no

ensino regular? Uma vez que para que o ensino de língua inglesa atinja a valorização esperada, talvez seja preciso analisar a educação brasileira em geral.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 2º ed. 2018.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf>. Acesso em: 02.10.2019.
- GOMES, Rodrigo Belfort. **O método direto para o ensino de inglês no Brasil:** instituição e recepção. Cadernos do Templo Presente, n. 23, mar./abr. 2016, p. 113-125.
- HELB - História do ensino de língua inglesa no Brasil, 2020). Disponível em: <"<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-4-no-4-12010/141-a-presenca-britanica-e-a-lingua-inglesa-na-corte-de-d-joao>>. Acesso em 07/10/2020.
- IZIDORO, Simone Carvalho. **A importância da língua inglesa na educação infantil.** Resumos dos Trabalhos de Iniciação Científica (Itatiba), v. X, p. 154-162, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/988/1/artigo%2017.pdf>>. Acesso em 26.08.2019.
- LEFFA, Vilson J. **Autonomy in language learning.** Rio Grande do Sul, Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1994.
- LEFFA, Vilson J. **Língua estrangeira:** Ensino e aprendizagem. Rio Grande do Sul, Editora EDUCAT, 2016.
- LIMA, D. **Como começou o ensino de inglês no Brasil?** Disponível em: <<https://www.inglesnapontadalingua.com.br/2017/03/como-comecou-o-ensino-de-ingles-no-brasil.html>>. Acesso em: 15.09.2019a.
- LIMA, Denilso. **Como começou o ensino de inglês no Brasil?** Porto Velho - RO. Disponível em: <<https://www.inglesnapontadalingua.com.br/2017/03/como-comecou-o-ensino-de-ingles-no-brasil.html>>. Acesso em: 09/12/2019b.
- MOREIRA, Jamylla Barbosa; SILVA, Margaret Rosa. **A Realidade do Ensino de Língua Inglesa na Escola Pública:** formação do professor. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/1269/283>>. Acesso em: 08.11.2019.

PAIVA, V.L.M.O. *A LDB e a legislação vigente sobre o ensino e a formação de professor de língua inglesa*. In: STEVENS, C.M.T e CUNHA, M.J. **Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil**. Brasília: UnB, 2003. p.53- 84

PEREIRA, J. C. M. Q. **O ensino de língua inglesa na educação infantil: considerações sobre formação e prática docente**. São Paulo. 2016.

POLIDÓRIO, Valdomiro. **O ensino de língua inglesa no Brasil**. v.8, n.2, 2014.